

mais

Faria de Oliveira

“Morrer na praia é um absurdo!”

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos e *chairman* da Caixa fala da recessão, do erro do governo na taxa social única e comenta a privatização parcial do banco público

Texto: André Macedo e Hugo Neutel

Foto: Diana Quintela

Oiça esta entrevista este sábado na TSF: às 13h e depois do noticiário da meia-noite

Faria de Oliveira foi o convidado escolhido para estreitar as entrevistas semanais Dinheiro Vivo/TSF. O presidente da Associação Portuguesa de Bancos está no centro do debate financeiro, económico e político. Por um lado, a reforma do sistema financeiro é parte inevitável do programa de recuperação da economia portuguesa. Por outro, Faria de Oliveira é *chairman* da Caixa Geral de Depósitos (CGD), o banco público que pode ser privatizado parcialmente já no próximo ano. Embora num estilo contido e preocupado em evitar polémicas e o confronto direto com o governo, fica claro que Fernando Faria de Oliveira, 70 anos, é contra a privatização total do banco público e que a venda parcial (40% do capital) também lhe levanta reservas, nesta altura, por um motivo simples: há o risco de os negócios serem feitos a preços baixos por causa da conjuntura económica nacional e europeia. Ou seja, poderia ser um mau negócio para o Estado. Mas o *chairman* da CGD, que deu a sua opinião antes de Ricardo Salgado e Fernando Ulrich falarem sobre este tema (esta entrevista decorreu na quinta-feira de manhã), aborda mais temas: a recessão, o disparate da taxa social única, a margem do governo e a imagem de Portugal.

Recentemente, o vice-presidente da CGD, António Nogueira Leite, disse que se *pirava do país* (as palavras são dele) se o governo aumentasse mais os impostos. Os impostos vão aumentar, emigrar é mesmo a solução?

Claro que não. Nós temos de realizar um esforço acrescido para conseguir dar a volta à situação. Estamos a cumprir um programa de ajustamento que tem três pilares fundamentais: o da consolidação orçamental, o das reformas estruturais e o do crescimento económico. A consolidação orçamental é muito exigente e conduz a dolorosas medidas de austeridade. Numa primeira fase de um processo de ajustamento é inevitável que haja uma recessão económica profunda e em geral acompanhada de um aumento significativo do desemprego.

Isso realmente já temos.

Uma situação como esta só é possível de levar ao êxito se se cumprirem três condições preliminares fundamentais. A primeira é a compreensão cívica. É preciso que os cidadãos entendam que o país tem de realizar um processo muito difícil de ajustamento para poder retomar as condições de prosperidade. A segunda é a coesão social. Está intimamente ligada à primeira e é um processo fundamental. A terceira é o compromisso

político que deve existir entre os partidos do eixo do poder.

O défice público este ano andarà à volta dos 6,1%. Na verdade, se lhe acrescentássemos as pensões e os subsídios dos funcionários públicos o défice seria de 7,3%. Ou seja, apesar desse esforço as coisas não estão propriamente a melhorar...

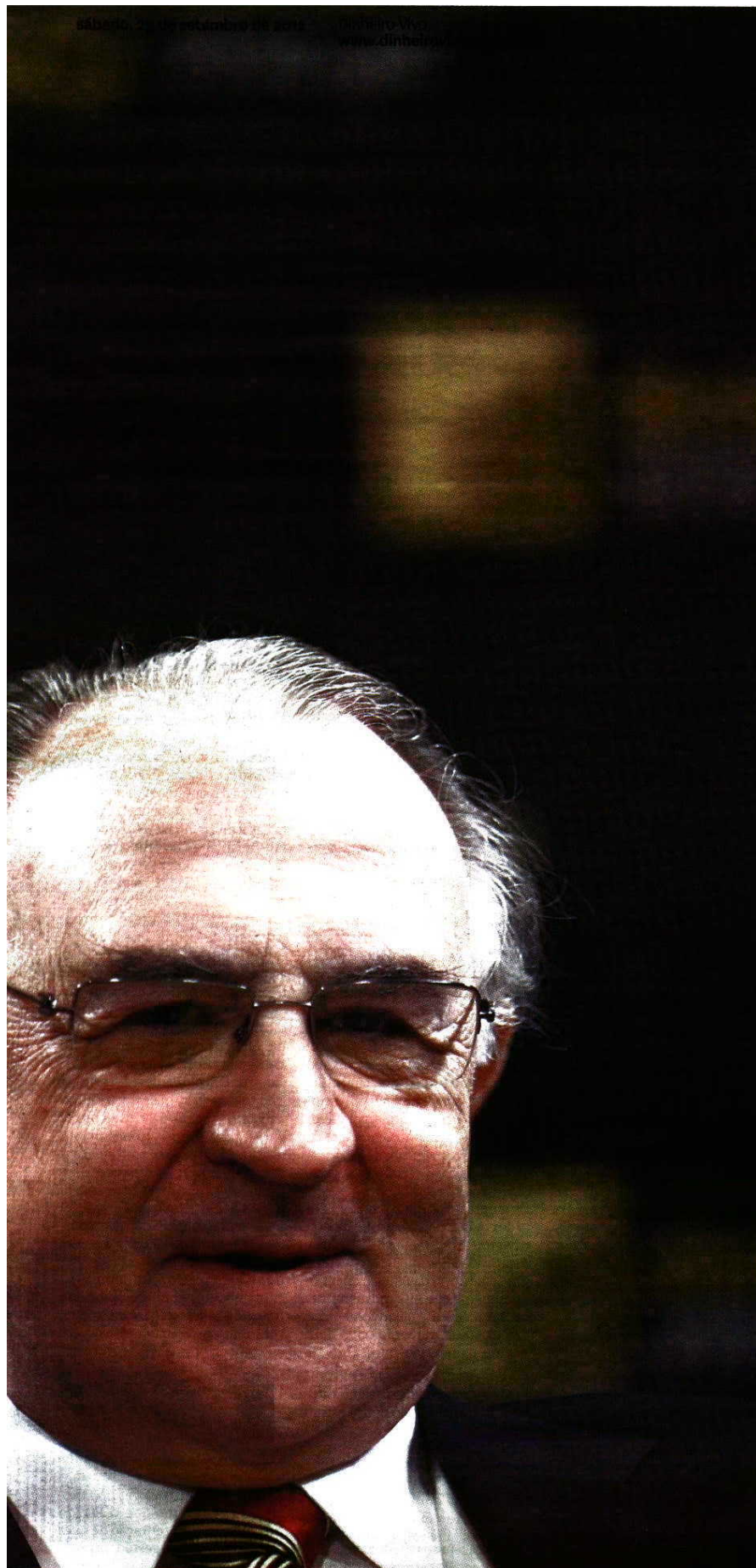
Sem dúvida que a necessidade de procurar corrigir o resvalamento que houve no défice externo é, em si mesma, muito negativa. Na realidade, conduz a uma situação que gerou uma maior diminuição do consumo interno que não é favorável ao crescimento. Gerou austeridade acrescida. Mas é fundamental ter em conta que o programa tem uma lógica. Este conjunto de medidas de consolidação e reformas estruturais tem o objetivo de melhorar as condições de competitividade do país. As condições de competitividade dependem, por um lado, das reformas estruturais, porque os custos de contexto serão seguramente mais favoráveis. Dependem também de outro tipo de atuações que incluem a diminuição dos custos de pessoal e a austeridade contribuiu para isso. No entanto, são ainda necessárias medidas que competem às empresas, medidas que visam a melhoria da eficiência operacional.

Resumindo: o caminho é por aqui?

A questão fulcral do nosso país, como já disse, é como acelerar a criação de riqueza. E aqui, gostaria de chamar a atenção para o seguinte: acelerar a criação de riqueza depende de dois fatores. O primeiro é a capacidade de investimento, capacidade de atrair investimento, capacidade de melhorar a nossa imagem junto dos mercados. O segundo [depende também de] assegurar as condições de financiamento da economia. Ora, há um fator que importa salientar: Portugal melhorou significativamente a sua imagem nos mercados e nos centros de decisão política antes do aparecimento desta chamada crise TSU. Indiscutivelmente, nós tínhamos tido um conjunto de êxitos significativos que eram reconhecidos exteriormente. Conseguimos implementar as medidas de austeridade no tal clima de paz social e de compromisso político, muito salientado no exterior. Conseguimos reduções significativas no défice externo. A nossa balança está praticamente equilibrada. Conseguimos reduzir significativamente a questão do défice estrutural.

O que não conseguimos reduzir foi a dívida pública. Vai ser de 124% do PIB em 2013, ultrapassando o limite dos 120% que é tido como de não retorno. Teremos de pedir o perdão da dívida pública?





Penso que existem condições para que não entremos por esse caminho. Esse caminho era começar a equiparar-nos à Grécia. Era considerar que Portugal tinha descarrilado, como descarrilou a Grécia. É exatamente isso que temos de evitar. Mas deixe-me só complementar meia dúzia de exemplos: as empresas portuguesas começavam a conseguir financiar-se no exterior. Houve obrigações lançadas pelas maiores empresas portuguesas que tiveram procura nos mercados. No caso da EDP, [essa procura foi] dez vezes superior àquilo que estava previsto. Mais recentemente, já depois de ter surgido o problema da taxa social única, as obrigações da Brisa também foram colocadas 50% acima do que estava previsto. Isto significava que os mercados estavam a olhar para o país de maneira diferente. Depois, houve um outro conjunto de situações que eram extremamente favoráveis ao país: o comportamento do sector exportador era reconhecido externamente.

Depois veio a bomba da taxa social única...

O problema da TSU veio piorar significativamente a imagem do país no exterior. E aquilo que nós temos de fazer é demonstrar que temos capacidade para resolver os problemas sociais e políticos de maneira a retomar uma trajetória de sucesso. Esta é uma questão fundamental e requer o quê? Acho que já foi muito positivo o governo ter reconhecido e aceitado substituir uma medida que tinha sido liminarmente rejeitada pela sociedade e que punha em causa a tal compreensão cívica.

Isso chega?

É fundamental retomar o compromisso político com a oposição. No exterior, aquilo que a oposição diz sobre o cumprimento de um programa desta natureza, e o dr. Luís Amado [presidente do Banif] tem referido isso em várias situações, é tão ou mais importante do que aquilo que o governo diz, porque dá credibilidade às ações que estão a ser executadas no país. Neste momento, considero que seria fundamental – e penso que o Presidente da República tem dado um excelente contributo para que isso aconteça – retomar um diálogo intenso que permita que o compromisso político seja completamente readquirido. O nosso país tem de voltar a não perder um capital conquistado com muita dificuldade.

E a questão social? O desemprego assustador...

Depois há a outra questão: internamente, tudo isto tem de ter uma componente adicional em que as pessoas não vivam no desespero, na desesperança, na acomodação ou na resignação. Tenham esperança. Para

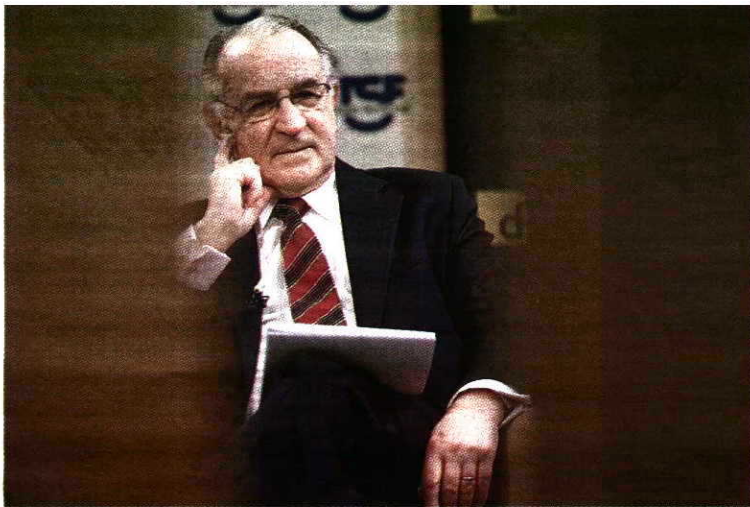
ter esperança é fundamental que surjam ideias muito significativas para gerar crescimento. Só o crescimento permite aumentar o emprego. Só o crescimento permite aumentar os proveitos das famílias. É esta a grande questão. A questão fulcral do país está aqui. Temos de saber dar a volta. Penso que, apesar deste ambiente que temos vivido, tem havido, no âmbito do sector empresarial, designadamente o voltado para o exterior, uma capacidade de atuação e de reação notável face às adversidades.

Que espaço tem ainda Passos Coelho para governar?

Eu não estou aqui como comentador político. Estou aqui basicamente na minha qualidade de gestor. Penso que há que retomar um caminho que conduza ao êxito. Repare que o objetivo deste programa era permitir-nos, num período temporal que termina em setembro do próximo ano, retomar o acesso aos mercados. Esse é o grande objetivo do programa! Do ponto de vista da nossa imagem no exterior e da perceção que existia, nós estávamos a ser bem-sucedidos. É isso que não podemos perder. Eu podia dizer: morrer na praia é um absurdo! Não podemos estragar internamente aquilo que fomos capitalizando no exterior. É necessário retomar as condições que levem a uma aceitação, ainda que com a consciência de que o empobrecimento é uma realidade tremenda. Temos de ter noção de que isto é um período de tempo em que temos de ser capazes de criar condições para depois prosseguir o caminho do crescimento. Insisto muito nesta questão: o governo tem de, seguramente, continuar a procurar soluções para resolver o problema da consolidação orçamental e da reestruturação das finanças públicas. Tem de implementar reformas estruturais, eventualmente num caso ou outro, a um ritmo superior ao que tem feito. Mas é nesta questão do crescimento que se joga a capacidade de adesão dos cidadãos.

Como interpretou esta decisão incompreensível sobre a taxa social única? Não só a decisão, mas a forma como não foi negociada com os parceiros sociais e depois como foi apresentada e logo esquecida?

O único comentário que posso fazer sobre isso é que a avaliação dessa medida não contemplou todos os fatores, designadamente os da reação da sociedade. Isso tem de estar muito presente nas decisões governativas. Acha que houve finanças a mais e política a menos neste governo? Nestes 15 meses de coligação sentiu-se



Fernando Faria de Oliveira discorda da maneira como o governo apresentou as mexidas na TSU... ... mas considera que Passos Coelho recuou a tempo de reconstruir a imagem de Portugal...

continuação da página 5

esse sobrepeso do ministro das Finanças, Gaspar? Foi esse o problema?

Certas soluções, muitas vezes, existem em cartilhas, existem nas opções de política económica de várias pessoas e muitas vezes nem sequer há a certeza de que vão surtir efeito. São opções, obviamente, contestáveis e que têm de ser medidas do ponto de vista político de maneira muito significativa. Neste caso concreto, se houvesse apenas uma decisão de uma diminuição da taxa social única para as empresas que criassem emprego se calhar tudo isto tinha passado naturalmente. Era uma medida que podia conduzir à diminuição de custos das empresas. Mas juntá-la a uma medida [que implica] o aumento da TSU dos trabalhadores, dando a ideia de que se está a transferir para as empresas aquilo que é agravado junto dos trabalhadores, acabou por ter o efeito que teve.

Não concorda, portanto, com essa decisão.

É claramente uma avaliação incorreta do ponto de vista político a de tomar este tipo de medidas conjuntamente, criando de facto a tal imagem que eu referi. O apoio às empresas podia ser conseguido por várias outras alternativas possíveis.

O risco de Portugal sair do euro mantém-se e não é um delírio ou uma especulação. É uma possibilidade. Assim, dificilmente entrará investimento estrangeiro, mesmo que se façam todas as reformas estruturais...

Eu atribuo uma importância vital à percepção no exterior. Sem isso, investimento direto estrangeiro só através do processo de privatizações, de resto será muito difícil. Eventualmente, o setor empresarial poderá fazer uma tentativa adicional de tentar captar parceiros e, por essa via, também aumentar o investimento direto estrangeiro. Mas é determinante a atratividade do país nesta matéria. Eu tive essa experiência quando fui ministro do Comércio e do Turismo, entre 1990 e final de

1995. Portugal chegou a ser o quarto país do mundo em termos de captação de investimento! Mas nessa altura, nós podíamos utilizar um conjunto de instrumentos de atração do investimento...

A desvalorização da moeda também ajudava...

O euro tem vantagens e, em situações como aquela que vivemos, tem inconvenientes. Sem dúvida. Por exemplo, o inconveniente de não podermos utilizar o fator cambial para melhorar a competitividade das exportações.... Mas dá-nos vantagens noutra sentido. Eu sou claramente defensor de que a saída do euro seria a pior solução para o país porque, se neste momento estamos a passar por uma fase de empobrecimento, com a saída do euro isso seria fortissimamente agravado. Levava muito tempo, muito mais tempo do que se conseguirmos ter êxito na execução deste programa de ajustamento. Obviamente que vale a pena dizer que estamos perante um programa que tem do outro lado [das negociações] uma outra parte. Essa parte tem muita influência na capacidade de implementarmos ou não um conjunto de soluções que iriam talvez favorecer que chegássemos mais cedo à fase de crescimento. No entanto, temos de perceber que há duas partes envolvidas e cada uma terá as suas opções. Eu não diabolizo, de todo, a intervenção da *troika* como muita gente faz. A *troika* cumpre um papel para assegurar que o programa de ajustamento é cumprido.

A *troika*, inspirada pelo FMI, tem como tradição e método entrar muito depressa nos países em apuros, aplicar medidas muito fortes também para sair muito rapidamente do país...

Exatamente.

O problema que se coloca é perceber se perante este constrangimento do euro, perante a limitação de termos uma moeda forte e até de a podermos perder de repente, se tudo isso somado não põe em causa e inutiliza um programa tão curto e duro...

Para já, houve uma decisão tomada nesta quinta revisão: prolongar por um ano o cumprimento do objetivo do défice orçamental de 3%. Apesar de tudo, isso já tem algum significado. Este tipo de programas do FMI, que neste caso é complementado pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu, tem uma conceção determinada, tem uma cartilha determinada. Portugal estava quase a constituir-se um caso de sucesso como, provavelmente, ainda não houve neste tipo de experiências do Fundo Monetário Internacional. Eu tenho muita pena de que tivesse acontecido esta crise da TSU porque, apesar de tudo, não era das pessoas que menos confiavam no êxito da execução do programa. Eu acho que começava a haver condições para ter êxito na execução do programa. Por isso é que insisto: vamos dar a volta outra vez por cima, vamos ter de ser capazes de o fazer.

O Estado injetou mais de seis mil milhões de euros nos maiores ban-

cos portugueses, com exceção do BES, para que fossem atingidos os requisitos de capital exigidos pela autoridade bancária europeia. Já se percebeu que este pacote não vai converter-se em aumento da concessão de crédito às empresas...

Vai... Bom, se tomarmos em conta em termos muito sumários a situação da banca portuguesa, e concentrando-me nos três vetores fundamentais, posso dizer que, neste momento, a banca portuguesa tem uma situação de liquidez confortável, melhorou significativamente em relação àquilo que se passava há oito meses e passou a ter uma solvência como nunca teve. Os rácios nunca foram tão altos. Portanto, a banca capitalizou-se, a banca provisionou devidamente tudo aquilo que era fundamental fazer. Tem um problema que é o problema da rentabilidade. Esse problema deriva da pressão de vários fatores significativos e que conduziram, por exemplo, a que no final deste primeiro semestre os resultados globais dos maiores bancos portugueses tenham sido negativos em mais de 400 milhões de euros. E a tendência para este ano vai continuar a ser nesse sentido porque os tais fatores vão continuar a existir. No entanto, em termos de capacidade de financiar a economia, a situação é mais favorável.

Os empresários queixam-se da falta de crédito: não há e o que há é caríssimo.

A capacidade de financiar a economia tem tido várias condicionantes. A primeira dessas condicionantes foi, num determinado momento, a dificuldade de obtenção de *fundings*, porque o mercado monetário fechou-se e o BCE, nessa época, tinha uma política de apoio mas com condições. Depois, houve uma alteração radical da política do BCE e essa questão resolveu-se. A seguir, tivemos outro conjunto de situações, designadamente aquelas que têm que ver, no âmbito do programa de ajustamento, com a necessidade de desalavancagem das instituições. E a desalavancagem só tem duas vias para ser conseguida: ou diminui a conces-

são de crédito ou aumentam os depósitos.

Ou uma mistura das duas...

Nós temos a sorte de no nosso país, mesmo num contexto como aquele que vivemos, os depósitos terem sempre tido um crescimento, embora atenuado nos últimos meses...

Mas que vão ser penalizados com um agravamento fiscal já em 2013...

Eu ainda não tenho conhecimento de que isso já esteja decidido. Considero que uma das questões fundamentais do nosso país era aumentar a poupança das famílias. A taxa de poupança é fundamental e isso tem acontecido mesmo neste contexto dramático de empobrecimento. Você disse há pouco que havia fuga de capitais, ora isso praticamente não existe, é outro sinal, apesar de tudo, de aposta dos portugueses no seu país. Esta questão atenuou a queda da concessão de crédito. Passámos de 157% de taxa de crédito/depósitos, taxa de transformação, para 137% no final deste ano. É um esforço fantástico, praticamente num ano e picos! Obviamente, traduziu-se na dificuldade de concessão [de crédito], ou pelo menos em muito maior seletividade. Sabe, as empresas em Portugal sempre foram muito descapitalizadas e este problema tem de ser enfrentado. Da mesma maneira que se criou o fundo de recapitalização para o sistema bancário, parece-me essencial que sejam criados instrumentos para poder apoiar a recapitalização das empresas.

Isso não é crédito à economia...

Nesta questão da queda do crédito temos de contar com [os efeitos] do consumo de capital [nos balanços dos bancos] por causa das imparidades e ainda do aumento do incumprimento de crédito, etc.. De qualquer maneira, a descida da concessão de crédito, apesar de tudo, foi só de 2,3% nas empresas.

O Estado vai nomear dois administradores para o BCP e um para o BPI. São administradores não executivos. Não teme que o Estado caia outra vez na tentação de querer influenciar a gestão privada destes bancos?



NÚMERO DE AGÊNCIAS
A Caixa tem atualmente 804 agências e 23178 funcionários para cerca de quatro milhões de clientes.

PREJUÍZOS
No primeiro semestre de 2012, a CGD teve um prejuízo de 12,7 milhões de euros.



... na entrevista que deu ao Dinheiro Vivo/TSF sublinhou a urgência de se manter a coesão social...



... que Cavaco Silva tem, aliás, segundo Faria de Oliveira, promovido sempre que pode.

Em termos exclusivamente políticos, a filosofia deste governo é contrária a isso. Este governo é manifestamente um governo de pendor liberal. Penso que esse tipo de presença, quer em conselhos de administração quer nos órgãos de fiscalização, é eminentemente no sentido de assegurar o cumprimento dos acordos estabelecidos no âmbito dos programas de recapitalização. Portanto, essas nomeações parecem-me inevitáveis. **As pessoas escolhidas, como sempre, farão a diferença. A verdade é que há em Portugal uma tradição...** Há sempre esta discussão permanente sobre se a gestão pública é pior do que a gestão privada e há... **... a questão é saber se os escolhidos são na realidade comissários políticos...**

Isso espero bem que não sejam. A gestão só pode ser eficaz se as pessoas escolhidas forem efetivamente especialistas em gestão. Neste caso, especialistas em gestão bancária. É fundamental que seja assim.

A informação que tem do governo nesta altura, visto que esses nomes estão para sair nos próximos dias, é que o perfil dessas pessoas é adequado?

Não tenho nenhuma informação do governo e do banco central.

Nos Estados Unidos, quando houve uma série de problemas nos bancos, falências, etc., o regulador decidiu duplicar o valor do seguro de depósitos para tranquilizar as pessoas e os mercados. Em Portugal, isso faria sentido nesta altura?

Não está nas minhas competências falar sobre isso... Eu acho que é muito relevante a confiança que os depositantes têm tido nas instituições bancárias e que têm uma correspondência total. Pode crer que a maior preocupação da gestão dos bancos portugueses é a que tem que ver com a banca realiza tem sempre subjacente a defesa dos depósitos dos clientes e uma remuneração adequada às condições de mercado e à situação que se vive. **O Banco de Portugal está muito**

atento a essa remuneração, tem vindo até a pressionar e a obrigar os bancos a baixar os juros.

Houve um momento em que, pelas dificuldades de liquidez, a concorrência [dos bancos contra o Estado] foi de fato muito forte e houve necessidade de uma intervenção do supervisor e regulador. Neste momento, temos, por exemplo, uma concorrência que ultrapassa o limite que foi estabelecido nessa altura: estou a falar da remuneração dos certificados de aforro **É verdade: é uma fortíssima concorrência do Estado.**

Vai ser mais um elemento de pressão sobre as instituições bancárias no momento em que a sua rentabilidade está sob forte pressão. Mas temos de saber reagir a estas situações.

Como?

É uma concorrência forte do Estado, mas o maior problema da rentabilidade dos bancos está na margem financeira. Repare: o crédito em *stock* das instituições tem um fortíssimo peso do crédito à habitação de longo prazo. Esse crédito está indexado à Euribor e, simultaneamente, os *spreads* fixados na altura da concessão desses créditos tinham que ver com as conjunturas e eram *spreads* extremamente baixos...

... muito baixos, chegámos a ter *spreads* de praticamente zero ou muito próximo disso.

De tal maneira baixos que, nesta altura, o crédito à habitação em *stock* terá uma taxa de juro inferior a 1%. Ora, o custo do *funding* das instituições é claramente superior. E isto cria uma situação em que a margem financeira está sob uma pressão brutal. **Então, perante esse facto, perante essa pressão que existe sobre as contas dos bancos, como podemos interpretar esta decisão ou meia decisão de o governo privatizar uma parte do capital, 40% do capital, da Caixa Geral de Depósitos?**

Tenho aqui um problema deontológico. Como *chairman* da Caixa Geral de Depósitos não me devo pronunciar, ainda por cima sobre um cenário hipotético. Que eu saiba, não há nenhuma decisão no sentido de vir a

“Há outra questão que tem de ser analisada, que é a do momento e oportunidade de realizar” a privatização da CGD.

privatizar a Caixa Geral de Depósitos. Pode ser matéria que tenha sido discutida, como foi, por exemplo... **Está a ser estudada pela Deloitte, a pedido do governo.**

Creio que as avaliações que eventualmente farão não têm que ver exatamente com isso. É o sector empresarial do Estado que está a ser, no seu conjunto, objeto dessa... **Mas faz sentido a venda parcial da Caixa?**

Não me posso pronunciar sobre esta matéria por razões deontológicas. Posso apenas dizer que há muitos critérios que devem ser tomados em consideração numa decisão de privatização do baluarte do sistema financeiro português que é a Caixa Geral de Depósitos, e isso é que deve ser contemplado. Há questões de natureza política: é ou não é uma questão de regime? É uma questão que deve envolver o outro elemento da área do poder, no sentido de evitar uma decisão que depois será irreversível e que pode não ter o acordo do principal partido da oposição.

O PS.

É uma coisa que se deve pensar. **Mas a verdade é que a Caixa é uma espécie de refúgio e até de fator de pressão sobre o mercado, é quase um instrumento macroeconómico informal do governo. Ao ser privatizada, mesmo parcialmente, esse papel não pode ficar em risco?** Numa ótica de não haver necessidade de o Estado ter um instrumento dessa natureza, isso realmente seria reconduzir a Caixa Geral de Depósitos a um concorrente do sistema bancário *tout court*, a um concorrente dos outros bancos sem qualquer

tipo de função instrumental – e não de instrumentalização, que é bem diferente – por parte do Estado. É uma opção política. Eu não vou discutir opções políticas. Mas há a outra questão que tem de ser analisada, que é o momento e a oportunidade de realizar, eventualmente, um processo desta natureza. **O que é que isso significa?**

Neste momento, como todos sabemos e eu disse há pouco, há a transferência de ativos geralmente feita com enorme desconto. Portanto, será possível, nesta altura, obter um preço que equivale ao valor substancial de uma instituição com a dimensão e o peso da Caixa? Tem de ser avaliado... **É má altura para privatizar?**

Não é a mim que me compete fazer essa análise. Isso já conflitua com a tal questão deontológica.

Apesar dessa importância estrutural que a Caixa tem, a verdade é que têm sido feitas críticas recorrentes à política comercial do banco nos últimos anos. António Nogueira Leite, vice-presidente da CGD, disse recentemente que o problema – não só das imparidades – que o banco tem nesta altura, é uma concentração excessiva na construção e que tinha acontecido nos últimos anos. Faria de Oliveira foi CEO, foi o responsável pela Caixa desde junho de 2005 até 2009 e hoje é presidente. Acha que é uma crítica justa?

Penso que essa menção do professor Nogueira Leite não cobre sequer esse período, é anterior a esse período. Na realidade, no período de 2005-2008, se há alguma intervenção eventualmente mais discutível em termos de concessão de determinado tipo de créditos por parte da Caixa Geral de Depósitos tem que ver com as PPP, não tem que ver com a questão que levantou, porque a concessão de crédito, a partir de determinado momento, designadamente ao sector da construção, ao sector imobiliário, etc., começou a ser fortemente restringida em função da crise de 2007. **Mas em relação, então, às parcerias público-privadas?** Aí, de alguma maneira, embora com

autonomia de decisão, cumprimos orientações...

Autonomia de decisão sempre face ao governo? Cumpriram orientações?

Tínhamos certo tipo de orientações por parte do acionista e, obviamente, essas orientações eram ponderadas e terão eventualmente conduzido a um financiamento das parcerias público-privadas, eu não digo excessivo porque não foi – nós tivemos sempre a preocupação de sindicarmos essas operações. Portanto, a exposição da Caixa em relação às parcerias público-privadas, designadamente as relacionadas com autoestradas, etc., foram sempre, em termos de risco, repartidas com outras instituições. A exposição da Caixa Geral de Depósitos é uma exposição igual ou menor do que a dos outros bancos portugueses? Aí, apesar de tudo, lá está, dentro de uma atuação de gestão que eu penso que é correta, nós tomámos a decisão de diminuir o risco de qualquer uma dessas operações. **Se hoje fosse confrontado com negócios semelhantes às parcerias público-privadas, teria a mesma atitude ou acha que, perante a informação que tem hoje...**

Penso que a questão fundamental reside numa decisão de política económica. Tomada essa decisão de política económica por quem tinha a capacidade de o fazer... depois a orientação – que hoje todos temos a consciência de que não terá sido nada favorável ao País – de concentrar muito crescimento económico em sectores não transacionáveis... No entanto, em determinado momento essa era a realidade em que se vivia. E os empreendimentos foram realizados e a banca no seu conjunto, praticamente todos os bancos, participava nesse tipo de operações que correspondia a uma orientação voltada para o crescimento económico.

PONTO FINAL Faria de Oliveira dá a entender que este não é o momento adequado para vender parte do capital da Caixa, mas não rejeita a ideia.



Faria de Oliveira diz que o governo errou na taxa social única, mas agora tem condições para reafirmar a imagem de Portugal no estrangeiro.

J.N. - 2012. ESTE CONTEÚDO FAZ PARTE INTEGRAL DO JORNAL DE HOJE ÀS 18H, 19H, 20H E 20H30MIN. DE 1000 BÓAVAS 1000 BÓAVAS 1000

GRANDE ENTREVISTA / 47

Faria de Oliveira **“Privatização** **da Caixa é** **uma questão** **que deve** **envolver o PS”**

O presidente da Associação Portuguesa de Bancos e *chairman* da CGD pergunta se este momento, com o mercado em baixa, é o ideal para privatizar parte do banco.